

O ensino público sofre no Distrito Federal

O ensino público está em declínio no Distrito Federal. Há uma estratégia deliberada para reduzir o papel da escola pública, em benefício dos donos das escolas particulares, que vêm seus lucros aumentarem a cada ano.

Esse desmonte já vem de muito tempo, mas o atual governo está conseguindo destruir ainda mais o ensino público.

Os diretores das escolas, na maioria dos casos, são escolhidos por nepotismo, sem nenhum critério técnico. Faltam vagas nas escolas, apesar do discurso oficial. A população do DF aumentou 23,27% nos últimos quatro anos, mas curiosamente não houve aumento da demanda. As re-

clamações por falta de vagas continuam. Existe uma brutal redução de turmas e fechamento de escolas, totalmente contraditório com o crescimento populacional.

O atendimento médico aos professores não corresponde a realidade da categoria, que tem mais de 50% de doentes, devido aos baixos salários, péssimas condições de trabalho, arbitrariedades e um sem fim de problemas.

Como conclusão, o desempenho dos alunos está seriamente comprometido, conforme fica claro nos testes realizados com estudantes. A educação, obrigação do Estado e prioridade para alcançar a verdadeira cidadania, está sofrendo no DF.

Páginas 4 e 5



Não é Faluja, no Iraque. É o que restou de uma escola pública do Distrito Federal



O atendimento médico do SAMO deixa a desejar, com longas filas de espera

Pesquisa reprova a educação brasileira

Pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avaliou o nível dos estudantes de 40 países, através de provas respondidas por 250 mil jovens de escolas públicas e particulares, todos na faixa dos 15 anos.

Os jovens brasileiros tiveram um desempenho sofrível diante dos demais concorrentes. Em matemática ficaram em 40º lugar, em leitura em

37º e em ciências em 39º.

Em matemática, que concentrou 53% das perguntas, o Brasil ficou em último lugar, com o menor grau de todos, demonstrando que muitos alunos terminam o ensino fundamental sem dominar as quatro operações.

Na década de 90, o governo brasileiro fez esforço para aumentar o número de alunos nas escolas, reduzindo em muito a quantidade de crianças

fora das salas de aula. Em compensação, não investiu na qualidade de ensino, bastante sofrível. A desvalorização dos professores é uma clara demonstração disso.

Um dado significativo é a quantidade de recursos gastos com a educação. A Finlândia, país que obteve o melhor desempenho da pesquisa da OCDE investiu 4.100 dólares ano por aluno. Nosso país aplica quatro vezes menos. Dá no que dá.

"Ratos da biblioteca" são homenageados na Câmara



Em sessão solene realizada na Câmara Legislativa as professoras Raquel Gonçalves Ferreira e Maria Célia Madsen receberam o título de cidadãs honorárias de Brasília devido ao projeto pioneiro de incentivo

à leitura que desenvolveira, por meio de programa recreativo, no qual ambas assumem os personagens "Racumim e Racutia", os "ratos da biblioteca".

A Escola Classe 18 de Taguatinga também foi homenageada devido ao com-

promisso que assumiu de desenvolver um processo coletivo e democrático, com a participação de todos os elementos da comunidade escolar.

Estiveram presentes na solenidade os diretores do Sinpro Augusta e Denílson.

A polêmica das escolas normais

As escolas normais devem continuar a formar professores? Esta pergunta inicia uma nova coluna em nosso jornal, com uma resposta a favor e outra contra, possi-

bilitando ampliar o debate na categoria de temas de nosso interesse.

Os professores Mário Bispo dos Santos, Cleovane Raimunda de Souza e Omar dos Santos defen-

dem suas posições, explicando os porquês das escolas normais ainda continuarem a fazer parte ou não da formação docente.

Página 3



O Sarau Cultural foi uma atividade desenvolvida pelo Sinpro em várias cidades do DF

Editorial

Um novo jornal

Como você já reparou, o **Quadro Negro** mudou. É um novo jornal, mesmo com seus 25 anos de existência.

A mudança faz parte das propostas apresentadas quando da eleição da nova diretoria do Sindicato, primeiro semestre deste ano. É uma mudança para atender aos anseios dos professores, na busca de estimular o debate sobre temas presentes em nosso dia a dia.

Para chegarmos a este novo jornal foram realizadas várias reuniões e debates para definir a linha editorial, as características gráficas, o enfoque das matérias. Esperamos que a publicação atenda a expectativa dos profissionais de educação do Distrito Federal.

A manchete desta edição, "É assim que se destrói o ensino público no DF" não surgiu à toa. Surgiu da experiência dos professores, da sua vivência nas salas de aula, da busca por informações, da luta de

cada dia para melhorar a educação. Surgiu da inoperância do atual GDF, que apesar da forte propaganda vem destruindo o ensino público. O tratamento dispensado aos educadores, que todos nós sentimos na pele, é bem ilustrativo.

O projeto desenvolvido por dois professores para agilizar o diário de classe, que não foi encampado pela Secretaria de Educação outra matéria que publicamos, para deixar bem claro que temos contribuições importantes para dar, mas que infelizmente não somos ouvidos. O GDF é contra a gestão democrática. Por isso mesmo, você verá uma entrevista com o deputado federal Carlos Abicalil, ex-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Abicalil faz a relação entre democratização do Estado, da sociedade brasileira e do ensino, demonstrando a necessidade da gestão democrática.

Como entidade sindical, entretanto, não deixamos nossa luta de lado. Reafirmamos nossa campanha salarial em um pequeno retrospecto e apontamos para uma greve por tempo indeterminado no início do próximo semestre, caso o governo continue intransigente, sem negociar nossas reivindicações.

Também a educação em nível nacional faz parte das nossas preocupações. Nesse sentido, publicamos matéria sobre o Fundeb – Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Trabalhadores na Educação, cujo projeto foi entregue pelo ministro da Educação Tarso Genro, ao presidente da República no início de dezembro.

O novo **Quadro Negro** vem no na véspera de 2005, com a esperança de contribuir para as mudanças substanciais que a educação no DF tanto necessita.

Boa leitura!

Artigo

Saúde do Trabalhador em debate

De todos os problemas da nossa categoria o que mais me preocupa no momento é a saúde. Devido às más condições de trabalho o número de professores doentes cresce a cada dia e as doenças ocupacionais são os sintomas mais comuns. O Sinpro há mais de três anos vem alertando a secretária de Educação, Maristela Neves, com documentos e em reuniões de negociação, sobre a gravidade do problema. Até agora, no entanto, não foi tomada nenhuma providência. A secretária de Educação não implementou nenhuma política de orientação e prevenção das doenças ocupacionais e melhoria do ambiente de trabalho. Também não atendeu a nossa reivindicação de criação de um plano de saúde, nem sequer aparelhou o SAMO ou melhorou o atendimento. Infelizmente, a resposta da secretária de Educação tem sido dada através do próprio SAMO,

que vem cortando sistematicamente as licenças médicas, obrigando muitos professores a voltarem para as salas de aula ainda doentes. Ela já chegou a insinuar, em entrevistas, que os professores "pegam" atestados médicos para fugirem das salas de aula.

Em resposta a essa situação, o Sinpro decidiu contratar uma assessoria jurídica especializada na saúde do trabalhador. Daqui em diante, cada vez que um médico perito do SAMO reduzir uma licença médica e obrigar um professor a trabalhar ainda doente, piorando a sua saúde, vamos entrar na justiça com ação de indenização e responsabilidade criminal, contra o médico perito e contra a secretária de Educação. Estas mesmas iniciativas serão tomadas contra os casos de assédio moral praticados por algumas direções de escolas.

Mas a nossa luta não se encerra por aí. Primeiro,

vamos intensificar a luta pelo nosso plano de saúde pago pelo GDF. Segundo, vamos exigir uma política de orientação e prevenção das doenças ocupacionais nas escolas e a melhoria do ambiente de trabalho. Terceiro, vamos trabalhar para que as doenças ocupacionais da nossa categoria sejam reconhecidas pela Lei, para que o professor possa se aposentar com o salário integral, quando for o caso. Por fim, vamos lutar para que os professores readaptados possam ser respeitados e valorizados pela secretária de Educação.

Espero que a secretária de Educação sente para negociar, sem que seja necessária outra greve. Até porque a educação pública do DF não vai nada bem, basta ver que, de 1999 até 2004, a rede pública de ensino já perdeu mais de 52 mil estudantes no ensino fundamental e médio.

Washington Dourado – Diretor do Sinpro-DF
Wdourado@sinprodf.org.br

Artigo

Orientadores educacionais e sua contribuição nas lutas sociais

A caminhada da orientação educacional evidencia avanços e recuos, a exemplo do que ocorre com tantas outras categorias. Sendo assim, entre os Orientadores sempre houve profissionais com a atuação voltada para atender a interesses definidos pelo poder político-econômico e outros voltados para questionar e avançar sua práxis em relação aos paradigmas de educação vigentes.

A Orientação Educacional no Brasil, que teve início em 1924, centrou-se na orientação profissional para atender às necessidades da política educacional daquele momento - que se voltava para a formação de mão-de-obra especializada, decorrente dos imperativos da revolução industrial emergente no país. E ainda atravessou muitas décadas em que, para uma grande maioria, ela seria responsável para resolver ou solucionar "problemas" de condutas e comportamento das crianças ou dos jovens.

Na organização e movimentos dos Orientadores, entre vários congressos e encontros regionais e nacionais, em 1979, no VII Con-

gresso Nacional em Belém, se afirmou o marco das mudanças de visão na prática da Orientação Educacional. Isso graças ao posicionamento de profissionais, atuantes e comprometidos com o processo de democratização do país. Foi apresentando a proposta de uma Orientação Educacional articulada com os movimentos populares e sociais, o que evidenciou-se, de forma mais concreta, o confronto, existente até hoje entre os profissionais da educação com uma tendência progressista e uma tendência conservadora na prática educativa.

O Orientador Educacional, como profissional da Escola, sempre foi sujeito e objeto de reflexões, a respeito de seu papel como agente educativo na escola, o que certamente incentivou significativas mudanças em sua formação e suas práticas.

Hoje acreditamos e trabalhamos por uma orientação que realize suas atividades, não de forma setorializada, mas interdisciplinar, não desvinculada, mas articulada com os diversos profissionais da escola e não

fragmentada, mas na perspectiva da construção de redes sociais através de parcerias sociais e comunitárias estabelecidas, tendo como eixo principal o caráter político pedagógico da escola.

Fica evidente que a realização e a efetividade da ação do orientador educacional, como de todos os demais profissionais da Escola Pública, tem sua efetividade na articulação e no empoderamento do(s) coletivo(s), tanto no âmbito das relações estabelecidas no interior da escola como, especialmente, no âmbito dos movimentos sociais para a afirmação da luta e da unificação dos trabalhadores em torno da defesa da Escola Pública com qualidade social, para todos!!

É preciso reconhecer que mesmo diante dos significativos avanços políticos e sociais que envolvem o contexto social e educacional, ainda há muito a se realizar e (re)fletir para avançarmos efetivamente, especialmente no campo das políticas educacionais que

ignoram ou adiam prioridades essenciais, como por exemplo: a própria valorização social e econômica dos profissionais da educação, a gestão democrática autêntica, a ampliação de recursos públicos para a contratação de profissionais necessários à realização dos projetos educativos, a extinção dos excessos burocráticos impostos ao trabalho da equipe escolar - ainda que uma educação mais humanitária e cidadã seja assumida em tantos discursos e orientações oficiais.

Parabéns a todos os orientadores educacionais, trabalhadores da educação, pela contribuição cotidiana, pela diferença assumida, pelo reconhecimento dos desafios e desacertos, pelas esperanças compartilhadas, pelas conquistas históricas garantidas por aqueles que acreditaram e se somaram nos movimentos sociais pela garantia da educação pública como dever do estado e direito fundamental do ser humano.

Nosso profundo reconhecimento.

Lúcia Santis e Luciana Leite
4 de dezembro, Dia do Orientador Educacional

Cartas / e-mails

Um espaço que é seu

O novo **Quadro Negro** manterá a tradição do antigo jornal e terá um espaço aberto para os professores se manifestarem. É um espaço da categoria, a ser ocupado pela própria categoria. Também serão bem vindas contribuições de outros leitores, mas com a prioridade para os profissionais de educação do Distrito Federal.

Desta forma, solicitamos às companheiras e aos companheiros que enviem suas colaborações para o endereço, o fax e o e-mail abaixo. Esclarecemos que o Conselho Editorial se reserva o direito de reduzir as correspondências, de modo a garantir uma maior participação de todos.

Nossa prioridade é garantir a maior participação possível, de forma democrática, resguardando

do os princípios da categoria e da nossa entidade.

As publicações devem ser enviadas até o dia 10 de cada mês, para serem publicadas na próxima edição, com identificação completa do signatário. O espaço a ser utilizado dependerá do número de correspondências e da pauta da própria edição, já que cada uma possuirá características diferentes das outras. As cartas deverão ser encaminhadas com identificação do autor e telefone para contato. Esperamos contar com a colaboração de todos, certos de que o debate, as denúncias, os esclarecimentos e as informações são instrumentos de fortalecimento da nossa luta e do nosso aprendizado enquanto cidadãos.

Endereços para correspondência:

Sede do Sinpro-DF: SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF.
A/C da Secretaria de Imprensa
Fax: 218-5631
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Sinpro-DF: sede: SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF
Tel.: 218-5601 / **Fax:** 218-5607 (**Organização**), 218-5631 (**Imprensa**), 218-5619 (**Jurídico**)
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1. **Tel/fax:** 562-4856 e 562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106. **Tel/fax:** 556-9105
Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Lisboa, Nonato e Valeska
Jornalistas: Afonso Costa e Junia Lara
Fotografia: Welber Souza - **Diagramação:** Wilson Cardoso
Impressão: Gráfica Plano Piloto - **Tiragem:** 32.000 exemplares
Distribuição gratuita. Permitida a reprodução desde que citada a fonte

Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores no DF

Adalberto Duarte de Oliveira
Andrea Cristina Souza
Antonio Ahmad Usuf Dames
Antônio de Lisboa A. Vale
Berenice Darc Jacinto
Carlos Antoneto de S. Lima
César Santos Ferreira
Cláudia de Oliveira Bullos
Cláudia M. Amaral de Souza
Cleber Ribeiro Soares
Denilson Bento da Costa
Francis F. Fernandes
Francisco Barbosa

Francisco Joaquim Alves
Gilza Lúcia Camilo Ricardo
Ilson Veloso Bernardo
Isabel Portuguez de S. Felipe
Izac Antônio de Oliveira
Jalma Fernandes de Queiroz
José Antônio Gomes Coelho
José Norberto Calixto
José Raimundo S. Oliveira
Lânia Maria Alves Pinheiro
Márcia Gilda Moreira
Marco Aurélio G. Rodrigues
Maria Augusta Ribeiro

Maria Bernardete D. da Silva
Maria José Correia Muniz
Misael dos Santos Barreto
Nazira Clotilde da Silva
Nelson Moreira Sobrinho
Raimundo Nonato Menezes
Rejane Guimarães Pitanga
Robson de Paiva Salazar
Rodrigo Pereira de Paula
Sebastião Honório dos Reis
Valdenice de Oliveira
Valesca Rodrigues Leão
Washington Luis D. Gomes

As escolas normais devem continuar a formar professores?

Porque prescindir desse patrimônio?

SIM

Cleovane Raimunda de Souza*
Mário Bispo dos Santos**

Um estudo sobre a produção acadêmica acerca da formação de professor no Brasil, na década de 90, revelou um dado interessante: 76% das dissertações e teses tratam da formação inicial e, desse quantitativo, 40% têm como objeto o curso normal e 9% o curso de pedagogia.¹

No caso do Distrito Federal acreditamos que o interesse da academia por esse curso está relacionado, em parte, com os conhecimentos acumulados nas escolas normais relativos ao cotidiano das escolas classes, ao desenvolvimento de metodologias para o ensino fundamental e aos movimentos sociais. Trata-se de um patrimônio pedagógico considerável que tem servido como fonte de diversas pesquisas e como ponto de partida para o empreendimento de vários projetos em parceria com as universidades.

Um patrimônio que não pode ser simplesmente jo-

gado fora, a partir de uma interpretação equivocada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.² Por isso, indagamos: por que prescindir das escolas normais e do patrimônio pedagógico que acumularam? Por que não aproveitá-lo e criar condições para que essas escolas sejam também centros de formação continuada, como aponta o Conselho Nacional de Educação? Por que não se pensar sobre as possibilidades de uma formação

de professor que considere o conhecimento acumulado nas escolas núcleo de Escolarização, curso desenvolvido pela Universidade de Brasília em convênio com a Secretaria de Educação. Um curso de reconhecida qualidade, com uma fina articulação entre teoria e prática e "feedback" posi-

tivo de seus cursistas. Cursistas que, cumpre-nos ressaltar, são professores que estão em sala de aula e que passaram todos por um curso normal de nível médio.

Não obstante as razões pedagógicas acima, o curso normal deve continuar também devido a uma razão estratégica muito bem ilustrada pelo seguinte depoimento:

"Fiz escola normal antes de fazer pedagogia. Confesso que fui fazer este curso sem estar muito vocacionada para isto, mas a minha mãe insistiu muito para que eu tivesse uma profissão o mais cedo possível. Atribuo o

meu gosto pelo magistério à escola normal e a alguns professores muito importantes no primário e no ginásio, que serviram como referência".³

A resposta da professora à pergunta porque escolheu o magistério nos faz lembrar uma outra função destacada pelo Conselho

Nacional de Educação, ainda exercida plenamente pelo Curso Normal de nível médio: conquistar candidatas para as licenciaturas.

Na rede pública do DF inúmeros são os professores de áreas específicas que ingressaram na carreira de magistério atuando de 1ª à 4ª série. Profissionais que fizeram opção por aquela carreira, ainda jovens, nas escolas normais. Provavelmente, muitos deles não estariam atualmente exercendo o magistério se não tivessem

iniciado seu itinerário formativo lá no curso normal.

Sabemos que, hoje, um dos principais problemas da educação brasileira é a falta de professores licenciados para as disciplinas específicas. Por isso, cabe por fim indagar: será que essa situação talvez não se agrave ainda mais nos próximos anos, com o fim das escolas normais?

* Professora e coordenadora do laboratório de

informática da Escola Normal de Ceilândia. Especialista em Administração Escolar.

** Professor da Escola Normal de Ceilândia e do Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia. Mestre em Sociologia pela UnB.

Diante disso, estou absolutamente convencido de que em poucas vezes, fui tão útil como educador

1 Andre, Marli e outros. *Estado da Arte da Formação de Professores no Brasil*. In: www.scielo.br. 2 Equívoco demonstrado pelo Parecer 03/

2003, CEB/CNE. Inclusive, em razão desse Parecer, governos de diversos Estados, (Alagoas, Ceará, Goiás, Santa Catarina e Tocantins Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe resolveram manter ou em alguns casos, reativar as escolas normais, a partir de 2004. Portanto, a decisão relativa ao destino do curso normal aqui ou em outra unidade da Federação decorre da implementação de uma políti-

ca de governo e não de uma determinação legal, como afirmam as autoridades locais. Até porque não acreditamos que os Estados estariam deliberadamente ferindo Lei. Aliás, ao contrário, vejamos o que afirma o governo de Santa Catarina: "nesse sentido, esta Secretaria de Estado, sempre preocupada em atender o preconizado na Lei e atender, sempre que possível, os interesses dos profissionais da Educação de Santa Catarina, no mês de dezembro de 2003 tornou sem-efeito a CI 048/2003. Assim, passou a autorizar as Unidades Escolares do Estado, com estrutura física e quadro de pessoal devidamente habilitado e qualificado a oferecerem o Curso de magistério com Habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais, a partir de 2004".

3 Entrevista à Revista Nova Escola, maio 2004.

4 Maria Beatriz Luce – Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – depoimento ao site www.universia.net

A escola não é cartório

NÃO

Omar dos Santos*

Quando da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, lecionava em escolas públicas de Taguatinga e fui encarregado de discutir com alunos concluintes da oitava série as mudanças trazidas por ela para a vida escolar da juventude.

Lembro-me que uma das questões mais recorrentes em minhas conversas com os alunos referiam-se às suas dúvidas de ser ou não conveniente a prestação dos exames classificatórios para o curso normal. Fui sempre direto e incisivo. Prestem os exames e na conclusão do curso, o mercado de trabalho lhes mostrará que a profissão não existe mais. Penso que de lá para cá, o tempo e a história só confirmaram certas minhas afirmações.

O resgate de um debate superado no governo do professor Cristóvan Buarque só se explica pela aversão da escola às mudanças da história e para dar sobrevida ao curso.

Não há como negar o grande avanço que representa a separação do Ensi-

no Profissionalizante e Educação Básica consagrada na nova Lei. Os educadores sabemos quão prejudicial foi para todo o ensino a anomalia perpetrada pela Lei 5.692/71, que impondo à escola a dupla tarefa de dar formação geral e, concomitantemente, profissionalizar o cidadão, acabou por comprometer as duas funções. Diante do fracasso restou a ela o exercício de uma função meramente cartorial de certificação. Nesta perspectiva, as alterações na legislação já consolidadas e outras anunciadas representam enorme retrocesso no texto original. Estamos voltando à escola dual, uma que forma os dirigentes e outra que forma os dirigidos.

Nesses tempos em que a globalização do desemprego e o aumento do exército reserva de mão-de-obra atingem intensidade,

nunca antes imaginada, são quase inatingíveis as exigências do mercado de trabalho. Profissionais com formação superior, por exclusiva necessidade de sobrevivência, sujeitam-se a ocupações informais, as mais desprestigiadas. Professores graduados e experientes fazem concessões de toda ordem e, muitas vezes, até transigem com suas convicções para garantir o emprego. Nessa realidade, temos que aceitar que as oportunidades para os normalistas tendem a zero.

Aprendemos com o professor Demerval Saviani que a função prioritária da escola é a produção do conhecimento e a socialização do saber elaborado e isto cria intransponível incompatibilidade entre discurso e prática dos tantos que defendem o Curso Normal e também uma educação de qualidade. Qualidade de ensino depende certamente de muitos fatores, mas acima de tudo de formação científica, política e filosófica seguras e consistentes,

impossíveis de serem atingidas só com a educação básica.

Se o avanço tecnológico é filho do conhecimento e a escola agência de produção do saber, esta exigirá cada vez mais formação técnico-científica e competência profissional consolidadas de seus mestres. Nesse quadro, temos que admitir que o curso normal perdeu suas funções, pois tais conquistas não habitam o tempo de um jovem estudante do Ensino Médio. Hoje, não há no mercado de trabalho lugar para profissionais desconectados da quase histórica, mas inexorável busca de avanço tecnológico.

Em 1998 existiam 11 cursos normais em funcionamento no Distrito Federal, formando mais de mil profissionais por ano. Em 1999 havia mais de 19 mil professores normalistas desempregados, inscritos na reserva técnica da Rede Pública. No mesmo ano, a relação entre vagas oferecidas pelos concursos públicos da Secretaria de Edu-

cação e o número de candidatos inscritos atingiu uma média quase duas vezes superior à dos cursos mais concorridos da UNB e o concurso para a contratação temporária daquele ano atingiu a 300 candidatos por vaga.

Num quadro como este, não pode haver coerência no discurso político em defesa da cidadania e de um curso com tal desempenho. A escola não avalia o momento crucial em que um jovem que investiu tantos recursos do já minguado orçamento familiar e pelo menos quatro anos de sua vida numa batalha que exige sempre a renúncia a tudo o que não é currículo, para chegar a isso. Não pode ser razoável, a quase indolência da escola na aceitação da grotesca negação de oportunidades, que rouba do jovem o acalentado sonho de ascensão social. Sonho que ele não sonha só, sonha com toda a família.

Diante disso, estou ab-

solutamente convencido de que em poucas vezes fui tão útil como educador do que quando desencorajei aqueles jovens a ingressarem no curso normal e, já era aquele tempo, demasiado tarde para se acabar com ele.

As mudanças de paradigmas surgidas desde o final do século passado dividiram a sociedade em duas gerações, a civilização tecnológica e a não tecnológica. Não é à toa que se fala tanto em inclusão e exclusão cultural, tecnológica, digital, social, econômica etc.

A extinção do Curso Normal é uma condição "sine qua non", não só para a melhoria do ensino brasileiro, mas acima de tudo o é para garantir dignidade e ascensão social ao povo brasileiro. Neste novo milênio, não há como negar que ele é um fator que limita e inibe o desenvolvimento, tanto do estudante quanto do educador, sobretudo dos menos favorecidos.

* Professor aposentado da Secretaria de Educação e pesquisador em educação

É assim que se destrói o ensino

Precarização do ensino público: estratégia deliberada no DF

Não é de hoje na verdade. Esse é um processo que começou a partir da ditadura, e, salvo honrosas e raras exceções, foi muito bem conduzido por vários governos do Distrito Federal. Também é verdade que o desmonte da educação pública nunca foi tão evidente quanto no momento atual.

Há indícios preocupantes de que está em curso uma estratégia deliberada para relegar a escola pública a uma condição de "benesse social" para os pobres, ao invés de um direito de qualquer cidadão e um dever do Estado. A elite e a classe média brasileira preferem fechar os olhos a essa realidade, ajudando a enriquecer os donos de escola, que no país só perdem para os bancos em termos de lucratividade.

São fechados cursos supletivos e de ensino médio para permitir que a escola privada da esquina arrebanhe os seus alunos. Escolas são derrubadas em áreas carentes, professores são afastados porque defendem a participação da comunidade em sua gestão.

Não tivemos muito trabalho para fazer esse breve apanhado da forma como se "cuida" do ensino público no DF. Pelo contrário, tivemos dificuldade em eleger alguns dos vários problemas que nos chegam todos os dias no Sindicato.

As fotos valem mais do que muitas palavras....Refletir sobre o que relatamos a seguir é tarefa de todos nós, professores, vítimas deste descaso.

Diretores e diretoras: quem têm 'amigos', têm mérito

Uma das grandes defesas do arremedo de gestão democrática inventada pela então secretária, Eurides Brito, em 1999, é de que o concurso para diretor privilegiaria a meritocracia. Hoje, nem mesmo essa pseudo-gestão é exercitada nas escolas. Cabos eleitorais, amigos e amigas são nomeados à revelia da comunidade escolar.

As direções são exercidas com a preocupação primeira de agradar a quem fez a nomeação. Quem questiona a condução do processo pedagógico é removido, projetos inovadores são proibidos, professores se esforçam para superar o conservadorismo, mas esbarram em barreiras invisíveis, erguidas por quem não tem qualquer compromisso com uma educação de qualidade.

Educação de Jovens e Adultos ameaçada

A Educação de Jovens e Adultos está em seus momentos finais na rede pública de ensino. Em 2001, o número de alunos matriculados no EJA era de 92.912. Em 2002 baixou para 16.757. De acordo com a Secretaria, a diferença está sendo atendida de forma indireta, ou seja, com ensino a distância e semi-presencial. O estranho é que o número de professores diminuiu pouco, de 2.692 para 2.619, que atendem tanto os regularmente matriculados quando os de maneira indireta.

Espaços "ociosos" ou abandonados?

Outra grande ameaça às escolas públicas do DF é a diminuição do espaço previsto para as suas instalações. Foi assim no Centro de Ensino Médio 06 de Taguatinga, que perdeu 80% do seu espaço para a construção do Atacadão Extra. O GDF cedeu o terreno à Terracap, que depois o vendeu ao grupo empresarial.

Na verdade o que eles chamam de "espaços ociosos" são áreas abandonadas por total falta de uma política de investimentos no setor. No CEM 06 por exemplo, poderia ter sido construído um ginásio, uma biblioteca ou auditório, que beneficiariam a toda uma comunidade carente de espaços públicos de lazer e convivência. Mas não, aceitamos como natural que um espaço de escola seja transformado em centro de consumo.

E quem viver, verá... Estão de olho em outros espaços nobres na cidade ocupados por escolas. A EIT e o Cemab que se cuidem... e mais uma vez, como Maiakovski, teremos que dizer que não poderemos fazer nada, porque não fizemos nada.



Faltam vagas, mas escolas são demolidas

Enquanto faltam vagas no ensino público, escolas são sumariamente demolidas. Essa é a realidade das escolas classe 53 da expansão do setor O e 51 do Recanto das Emas (fotos acima). Foram colocadas abaixo, literalmente, enquanto as crianças têm que estudar em locais distantes. Qual a justificativa para tal ato?

Diminuição de demanda, onde?

Redução de turmas, fechamento de escolas, extinção de turnos inteiros. A desculpa, pasmem, é a diminuição da demanda por vagas. Alguma coisa deve estar errada nos números da Secretaria, se é que eles existem. Em 2000 a popu-

lação do DF era de pouco mais 1,8 milhão de pessoas. Em 2004, de acordo estimativa do IBGE, a população somava 2,246 milhões, um acréscimo de 23,27%, 424 mil pessoas a mais. Significa mais do que a população da Ceilândia,

que hoje soma mais de 333 mil habitantes. Isso sem contar a população do entorno, que necessita das escolas do DF.

Será que o aumento dessa população não se traduziu na procura por mais vagas nas escolas

públicas? Temos informações por exemplo de que no caso da EIT e do Cemab, duas das escolas mais tradicionais de Taguatinga, há uma intensa demanda, mas eles nem sequer abriram novas vagas.

Alunos do CEM 05 lutam contra afastamento de professores

Incomodada com a organização e integração de alunos e professores, a direção do Centro de Ensino Médio 05 de Ceilândia (CEM 05) afastou arbitrariamente oito professores. A justificativa foi de que eles 'questionavam' muito e não serviam aos interesses da escola.

Na verdade a tentativa foi de investir contra a organização e participação naquela instituição, que viveu a experiência da gestão democrática com diretores eleitos e cuja comunidade escolar estava acostumada a discutir os rumos da escola.



Entrevista

Gestão democrática nas escolas faz parte da democratização do Estado

Deputado federal pelo PT de Mato Grosso, Carlos Abicalil, 42 anos, completou 20 anos de carreira no magistério no fatídico 11 de setembro. Formado em História e Filosofia, iniciou sua militância como delegado sindical na região de Barra do Garças (MT) e depois na direção do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público do estado.



Presidente por três mandatos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e membro do Conselho Executivo Mundial da Internacional da Educação, defende a Educação pública, gratuita e de qualidade como saída para o combate à exclusão na sociedade brasileira. De 1988 a 1991 viveu a experiência de ser diretor de escola eleito.

Nesta entrevista concedida ao **Quadro Negro**, explica porque considera a gestão democrática fundamental para o processo educativo e dá um panorama das discussões na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, da qual é presidente.

Quadro Negro – É possível dissociar sua atuação política das lutas sindicais da Educação?

Abicalil – Acredito que é um vínculo do qual eu não tenho condições de me separar. Eu me filiei ao sindicato assim que tomei posse na escola, toda a minha atuação política foi construída no cenário do debate educacional. No Mato Grosso, o Sindicato dos Trabalhadores na Educação possui mais filiados que o Partido dos Trabalhadores. Apesar de militar desde os 16 anos nos movimentos sociais, acredito que a capilaridade do movimento sindical contribuiu e muito para a conquista de nossa representação parlamentar.

QN – Na sua opinião, qual a relação entre participação política e processo educacional?

Abicalil – A questão da democracia é fundamento da nossa organização em nosso sindicato e fundamento da nossa formação como membro do magistério. Não há educação que não seja de algum modo alteração das pessoas e das relações. Se não houver isso você estará fazendo no máximo um tipo de transferência de informação, mas não está fazendo processo educativo.

Nós que fomos formados nos anos 80 e 70, envolvidos na retomada da participação popular, que militamos em movimentos culturais, de igreja, da juventude, acreditamos que a democracia é um tema constitutivo do processo educativo. Até porque vivemos um período de dificuldades imensas de expressão e manifestação, é fundamental, como diz o hino da CUT - Central Única dos Trabalhadores - organizar a esperança.

Na medida em que a sociedade vai forçando a democratização do Estado – porque nunca foi por iniciativa do Estado que ele se democratizou, sempre foi pelo

movimento da sociedade civil – há um forte movimento por democracia nas escolas. A comunidade escolar começa a cobrar o exercício do princípio democrático no processo educativo. Por isso o tema da democracia é constitutivo do processo educativo enquanto matriz de atividade profissional e ao mesmo tempo de processo político.

QN – Neste contexto é que começa a surgir o debate da gestão democrática nas escolas?

Abicalil – A sociedade começa a entender que um processo educativo que não exercita esse princípio democrático em todas as suas instâncias, desde aquilo que é “menor”, como a organização das turmas, até o nível dos conselhos normativos, estará dificultando o processo de participação democrática e por consequência comprometendo a democratização do Estado como um todo.

Ainda na década de 80 pegamos o mote das *Diretas Já* para fazer a disputa pelas eleições diretas nas escolas. O movimento sindical entende que não há processo administrativo mais conseqüente para a responsabilização do serviço educacional que o pacto feito por meio da eleição direta. Não há, e desafio quem mostre o contrário. Isso é evidência.

Pesquisas oficiais feitas pelo Saeb e pelo Inep, por exemplo, detectam que onde há processo democratizado de gestão e, fundamentalmente, naqueles onde é permitido o debate sobre o pro-

jeto político-pedagógico da escola – e uma coisa está intrinsecamente ligada a outra – o resultado educacional é bem mais positivo do que os apresentados pelos estabelecimentos em que esse processo não existe. A pesquisa da CNTE sobre a saúde do trabalhador em educação também demonstra isso com clareza: até para a saúde mental dos profissio-

onais da educação na gestão democrática é positiva.

QN – Se é assim por que ainda há tantas resistências do poder público à gestão democrática?

Abicalil – Infelizmente, contra os benefícios evidentes da gestão democrática ainda há uma visão de Estado que entende que tempo de governo deve ser maior que a relação Estado e sociedade. Em função disso, muitos governantes entendem que dentro do processo escolar também cabe a relação de confiança, que no caso brasileiro, resvala para o compadrio e para o patrimonialismo. Ou seja, tomado o governo por via de eleição por quatro anos todas as esferas do Estado passariam a ser de propriedade do grupo que ganhou, como se houvesse a possibilidade de apagamento das diferenças, como se todas as disputas, inclusive no ambiente daquilo que é aquisição ou garantia de direitos, pudessem desaparecer por quatro anos, o que é falso. Isso tem resultado em um tensionamento cada vez maior em

carga do passado é muito forte, é o que chamo de patrimonialismo do Estado. Começamos o processo de ocupação do Brasil por capitães hereditários, a Coroa determinava os herdeiros de pedaços dos Brasil. Ainda hoje permanece essa visão, que está mudando, mais lentamente do que gostaríamos.

QN – Como tem se dado essa mudança?

Abicalil – Sempre pela luta organizada, no caso da escola pública dos profissionais da educação e das camadas populares. Agora, temos o deságio do ensino médio, é a primeira vez em 180 anos de República que as categorias populares estão alcançando a conclusão do ensino médio e por isso a demanda por expandir a oportunidade de educação profissional técnica e para expandir o ensino médio e o ensino superior é muito grande.

No caso da eleição dire-

nesse processo.

Conseguimos aprovar na Comissão de Educação uma alteração da LDB que prevê, não obriga, a eleição direta como um dos métodos de realização da gestão democrática. Se não fosse feito um exercício muito grande de negociação esse projeto não teria sido aprovado na Comissão de Educação. Hoje está na Comissão de

Constituição e Justiça.

QN – Como está essa discussão hoje?

Abicalil – Diante da argumentação que levantamos o plenário da Comissão de Educação teve de alterar a sua fundamentação. Então o problema não foi mais se era constitucional ou inconstitucional, era de que maneira nominar na lei a situação de diretores eleitos que não exercem função de confiança, porque todo o termo do projeto que analisamos estava orientado para exercí-

ponsabilidade menor do que um diretor de escola, significa justificar que a visão hierárquica que a gente tem, de diretor estar acima de coordenador, que está acima do supervisor, é uma visão absolutamente contrária à matriz de gestão democrática que nós tivemos na origem.

Isso tem repercussão na carreira, tem repercussão na aposentadoria, que é um debate que precisa ser feito, até porque como cargo comissionado não é de agora, desde 1991 não é considerado esse tempo para a aposentadoria especial, entretanto se for função de magistério, função, não cargo, a tarefa de temporariamente dirigir um estabelecimento até para efeito de aposentadoria passa a ter contagem de tempo como exercício de magistério.

Isso tem outras repercussões remuneratórias: como justificar um diretor que ganha duas três vezes mais que um professor em regência de classe? A justificativa é sempre por causa da responsabilidade maior. Eu pergunto: qual é a responsabilidade maior? Ela deve ser compartilhada, por isso é o processo



O diretor do Sinpro Antônio Lisboa e a assessora do Sinpro com o deputado federal Carlos Abicalil

relação à participação rumos da escola, o que é fruto de uma cegueira dos que não entendem a gestão democrática como melhoria do nível de responsabilidade na execução da tarefa educacional.

QN – Por que não se definiu claramente a eleição direta no texto da LDB?

Abicalil – Durante a tramitação da LDB essa discussão foi levantada exaustivamente. Isso não ocorreu em função de uma consideração da época, ainda presente hoje, de que definir em lei federal um processo de democratização da gestão no âmbito dos estados e municípios seria ferir o princípio da autonomia federativa. O engraxado é que essa justificativa serve para a educação, mas não serve para a saúde, pois o SUS - Sistema Único de Saúde - prevê conselho com representação paritária e eleição direta, tudo regulado por lei federal.

Além do poder de pressão do setor privado, a constituição descentralizada do sistema de ensino remonta ao Império, o que não aconteceu com outras áreas de ação governamental. Essa

para diretor e gestão democrática, de maneira contraditória, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar, sem decisão de mérito, sobre leis municipais e estaduais que regulam a questão, com base em dois princípios, o primeiro como vício de iniciativa, ou seja, o STF entende que uma lei dessa não pode ter origem no Legislativo, e o segundo é que não há lei federal regulando o artigo da Constituição que fala da gestão democrática do ensino na forma da lei.

Isso é contraditório, porque aqueles que estaremos ferindo um princípio federativo ou que a Câmara não teria competência para ter iniciativa, estão ambos ferindo outro princípio que é lei federal que deve regulamentar. Como se vê a discussão é polêmica, compete a nós refletir qual o papel do Legislativo

de cargo comissionado.

Cargo comissionado é função de confiança, então há um debate de que para acontecer a transição para um regime de democratização por processo eletivo,

deve se abandonar o conceito de que diretor de escola tem função comissionada ou cargo comissionado.

Essa análise tem outras conseqüências sobre as carreiras, sobre os estatutos, em função de que nos descolará de uma função tradicional, que para nossa categoria é importante debater, pois comumente o senso comum que sempre apare-

ce é que o diretor de escola tem uma responsabilidade muito maior que qualquer outro profissional da educação.

Eu me pergunto qual é a razão de uma visão dessa? Eu pressupor que alguém que participa do processo educativo tem uma res-

ponsabilidade muito maior que qualquer outro profissional da educação. Há quem defenda o voto paritário para cada segmento, o equivalente a 25% da carga total dos votos, mas é um tema que precisaria ser qualificado. Hoje esse projeto está na Comissão de Constituição e Justiça. Estamos alivando para que ele seja aprovado de modo a possibilitar que haja eleição em lei federal e há outros projetos que são próprios de gestão democrática.

Eu defendo o voto universal que é outro assunto polêmico dentro da nossa categoria. Há quem defenda o voto qualificado, com ponderações distintas para professores, funcionários, pais e alunos. Há quem defenda o voto paritário para cada segmento, o equivalente a 25% da carga total dos votos, mas é um tema que precisaria ser qualificado. Hoje esse projeto está na Comissão de Constituição e Justiça. Estamos alivando para que ele seja aprovado de modo a possibilitar que haja eleição em lei federal e há outros projetos que são próprios de gestão democrática.

Qual o limite deles? Na maior parte dos casos esses projetos atingem apenas a rede federal de ensino, o que é um equívoco. Precisaríamos ter uma regulação em lei que atingisse todas as redes de ensino pública no país. E só podemos conseguir isso com a alteração da LDB, porque a Constituição afirma que as diretrizes da educação são competência exclusiva da União, portanto é lei federal.

Benefícios

Aposentadoria de professor tem regra diferenciada

Tempo de contribuição é menor que os outros em cinco anos

A aposentadoria por tempo de Contribuição é um benefício de prestação continuada devido ao segurado que completa um período mínimo de contribuição ao sistema previdenciário. Têm direito a receber essa espécie de benefício todos os segurados que completam o período mínimo exigido de contribuição. Para os homens, esse período é de 35 anos. Para as mulheres, de 30 anos.

Os professores de ensino básico, fundamental e médio, no entanto, porque têm uma regra diferenciada, em que o tempo de contribuição mínimo é reduzi-

do em cinco anos, podem pedir aposentadoria após 30 anos (homens) e 25 anos (mulheres) de contribuição, desde que comprovem tempo de efetivo exercício exclusivamente no magistério, ou seja, de atividade docente em sala de aula.

A regra diferenciada para aposentadoria do professor está prevista no § 8º do artigo 201 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998: "Art. 201. § 8º - Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que com-

prove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio".

A respeito da exigência do professor comprovar a atividade desenvolvida em sala de aula, a Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal definiu, em decisão proferida em 23 de novembro de 2003, que "para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviços prestado fora da sala de aula".

Texto divulgado pelo Ministério da Educação.

Cristovam apresenta emenda para dar "Choque Social" na educação

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) apresentou uma emenda que adiciona R\$ 7,5 bilhões aos recursos destinados à educação com o objetivo de dar um "Choque Social" na educação brasileira.

Segundo o senador, esse valor pode ser obtido com a redução de apenas 15% das despesas discricionárias do Orçamento da União para 2005 - que totaliza R\$ 50,4 bilhões.

A iniciativa do senador

mostra que mais recursos poderão ser aplicados na educação, sem alterar o Orçamento na destinação dos recursos constitucionais, destinados aos estados, municípios e estadais, respeitadas pela sua proposta.

"Uma pequena redução na despesa orçamentária possibilitaria o "Choque Social" que mudaria a realidade brasileira", ressaltou o senador.

Como alternativa Cris-

tovam Buarque também apresentou uma emenda que estabelece a redução de 6% sobre os mesmos gastos discricionários, para que R\$ 3 bilhões possam ser usados para melhorar o salário dos 1,8 milhão de professores do ensino básico.

As emendas apresentadas pelo senador serão analisadas, junto com as dos demais parlamentares, pela Comissão Mista de Orçamento até o dia 23 de dezembro.

Dia a dia

Retrospecto da campanha salarial

No dia 5 de maio a diretoria do Sindicato entregou à Secretaria de Educação a pauta de reivindicações referente à campanha salarial da categoria.

Desde aquela data, a Secretaria de Educação adotou uma postura de total intransigência, recusando-se a dialogar com a Comissão de Negociação do Sinpro.

Essa postura obrigou a diretoria do Sindicato a realizar encontros com parlamentares do DF no Congresso, com os deputados distritais e outras personalidades da política, como forma de abrir um canal de negociação.

Ao mesmo tempo, foram realizadas várias as-

sembléias, inclusive com paralisações, para mobilizar a categoria e pressionar o GDF.

Depois de muita luta, finalmente começaram as negociações, ainda que insuficientes, já que o governo se recusa a debater e a atender os principais pontos da pauta de reivindicações.

Depois de dois dias de plantão na Secretaria de Educação, no início de dezembro, diretores do Sinpro foram recebidos pelo secretário-adjunto Divino Rabelo e pela secretária de Assuntos Sindicais, Dulce Tannuri. Na ocasião ficou acertado que os servidores que fizerem a reposição dos dias parados de 2004 terão direito a receber os valores cor-

respondentes. Foi acertado, ainda, que o pagamento do vale-transporte em pecúnia será feito a partir de fevereiro de 2005, apesar de acordo anterior ter sido firmada a data de outubro deste ano.

Apesar dessas negociações, a intransigência e o descaso do governo com os professores continua. A desvalorização da educação permanece como a única política do GDF para o setor. Em função disso, na última assembléia do ano, realizada em novembro, a categoria apontou uma greve para o dia 8 de março, movimento que poderá ser por tempo indeterminado, caso as negociações não prosperem.

Progressão por merecimento

A progressão por merecimento foi regulamentada pela Secretaria de Educação no final de agosto, conforme estava previsto no plano de carreira.

Pela portaria, para progredir para a 3ª, 5ª e 7ª etapas do plano de carreira - correspondentes a 2.190, 4.380 e 6.470 dias efetivos de trabalho - o professor terá que apresentar 30 pontos, distribuídos da seguinte forma:

- 18 pontos de Ciclo Básico Obrigatório, representados por curso de no míni-

mo, 180 horas aulas feitos na EAPE ou em instituição reconhecida de ensino;

- 12 pontos do Ciclo Complementar, representados por cursos diversos feitos por instituições credenciadas, bem como participação em palestras, seminários, congressos etc., além de Regência de Classe, Interiorização e Produção Funcional.

Pelo disposto na portaria não ocorreram mais alterações nas regras de progressão em relação ao que já existia.

Escolas se mobilizam contra as remoções

Em várias escolas ocorreram mobilizações para impedir a redução ou remoção das turmas, uma decisão adotada pela Secretaria de Educação sem qualquer consulta a comunidade escolar. Algumas escolas, como a EC Norte 409 conseguiram vitórias. No caso específico, professores, alunos, pais e auxiliares de ensino fizeram manifestações junto à Gerência Regional de Ensino e conseguiram manter o ensino fundamental no próximo ano.

Aposentados: uma força decisiva na luta da categoria

O Sindicato dos Professores desenvolveu uma série de atividades neste ano. Foram reuniões, debates, assembléias, atos, enfim, cumpriu seu papel de encaminhar as lutas da categoria.

A participação dos professores aposentados nessas atividades é fundamental para torná-las ainda mais fortes e para garantir direitos que são nossos e que o

GDF não quer cumprir. Assim como foi nosso encontro, com a participação de mais de 500 aposentados, é preciso que nas demais atividades estejamos presentes, participando da luta da nossa categoria.

Avizinha-se uma nova greve para o início de março. É a hora de juntarmos nossas forças e colaborarmos para que o movimento seja vitorioso.

Vitória nas particulares

Os professores das escolas particulares obtiveram importante conquista no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que julgou o dissídio das escolas particulares. Foram mantidas as cláusulas do acordo anterior e concedido um reajuste de 100% do INPC (5,6%), mais 1,36% de ganho real, retroativos a primeiro de maio, data-base da categoria.

Com a publicação da convenção foram concedidos 10% sobre a hora-aula, a título de atividade de planejamento. Foi também ofi-

cializado o recesso de 15 dias no mês de julho. Outra vitória é que caiu a cláusula 31ª do acordo anterior: qualquer evento ou reunião extra-classe, fora da carga horária do professor, deverão ser remunerados como hora-extra.

O Sinpro conseguiu ainda aumentar a abrangência de sua base, passando a representar os orientadores educacionais, coordenadores pedagógicos e especialistas em educação. A íntegra da Convenção está disponível no site do Sinpro.

Fundo Constitucional alcançará R\$ 4,45 bi

O governo federal corrigiu o Fundo Constitucional do Distrito Federal para o próximo ano em 11,89% em relação a 2004. Assim, os recursos que o GDF recebeu este ano, R\$ 3,95 bilhões, passarão para R\$ 4,45 bilhões.

Entre esses recursos não estão contabilizados os valores repassados pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), Sistema Único de Saúde (SUS), emendas de parlamentares etc.

Atestados do Entorno já valem

A Secretaria de Educação atendeu a pressão dos professores e passará a aceitar os atestados médicos do Entorno, da mesma forma que os atestados do Distrito Federal.

Desde o início de agosto a Secretaria de Saúde do Sinpro vinha fazendo gestões junto à Secretaria de Educação para que o Serviço de Atendimento Médico Odontológico adotasse esse procedimento.

Sinpro na TV: participe e assista

Todas as quartas e sextas-feiras o Sindicato tem um espaço em um programa ao vivo e sem censura na TV Bandeirantes, canal 4, a partir das 13h. Esse espaço deve ser utilizado pelos professores para divulgação de questões de interesse da Educação.

Os interessados em usar o horário para divulgar alguma agenda, eventos, projetos pedagógicos e experiências desenvolvidas nas escolas, podem entrar em contato com a secretaria de Imprensa do Sinpro pelo telefone 218-5630 e falar com a Lene, informando o assunto a ser divulgado.

Esse espaço é do professor! Participe e assista, pois sempre são divulgados assuntos do nosso interesse.

Permutas

Maria Cleunice de Carvalho - Disciplina: Atividades - Escola: Gama - Para: Brazlândia
Contato: 9682.7834

Maria Lucia da Fonseca - Disciplina: Português - Escola: CEF 312 Samambaia - Para: Riacho Fundo/Taguatinga (Ensino Médio) - Contato: 9967-8809 / 357-7865

Alexandre Galdino - Disciplina: Geografia - Escola: CEF Polivalente P. Piloto (40h) - Para: Sobradinho - Contato: 387-3680 / 9605-7616

Antonio Joseval - Disciplina: Atividades - Escola: EC 101 Recanto das Emas - Para: Planaltina - Contato: 814-64564

Maria Luiza C Calcagno - Disciplina: Educação Física - Escola: CEF 10 do Gama - Para: Sobradinho ou região próxima - Contato: 9557-6935

Wilda Alencar B. Xavier - Disciplina: Atividades - Escola: Ceilândia - Para: Taguatinga Norte - Contato: 475-4318 / 8114-3527

Ison Veloso Bernardo - Disciplina: Atividades - Escola: EC 52 de Ceilândia - Para: Taguatinga, Ceilândia ou Samambaia (Noturno) - Contato: 9242-3061 / 377-659 / 376.-819 / 9674-9946

Marco A. Guimarães - Disciplina: Atividades (40h) - Escola: Caic de Brazlândia - Para: Brazlândia/ Ceilândia/ Taguatinga/ Guará (Noturno, somente 20h) - Contato: 9674-9949

Luciene Trindade Souza - Disciplina: Atividades (40h) - Escola: CEF 01 Guará I - Para: Plano Piloto (Asa Sul) - Contato: 567-2920

Ediméia Ismene Camargo - Disciplina: Atividades - Escola: Jardim de Infância VI CO-MAR (P. Piloto/Cruzeiro) - Para: EJA (Noturno, de 40 para 20h) - Contato: 364-0754

Carlos Bonfim - Disciplina: Sociologia - Escola: Centrão de Planaltina (Noturno, 20h) - Para: Qualquer escola em Planaltina (Diurno, 40h) - Contato: Centrão de Planaltina, com o professor

Ana Clara A Peixoto - Disciplina: Atividades - Escola: EC 410 Sul - Para: jardim de Infância ou Escola Classe (ambos na Asa Sul) - Contato: 242-7276 / 9652-0089 / 242-6092

Kheelym C Alves de Oliveira - Disciplina: Atividades - Escola: EC Paraná de Planaltina - Para: Sobradinho - Contato: EC Paraná de Planaltina, com a professora

Rogério Faria - Disciplina: Ciências ou Matemática (40 h) - De Planaltina Para Plano Piloto
Contato: 9212-0190

Márcia Regina Ribeiro - Disciplina: Atividades- Diurno 40h - Escola: EC 410 Samambaia Norte - Para: Brazlândia, especialmente Incra 09 - Contato: 9613-2849 / 9286-9682 / 9106-5609 / 9698-9616 / 358-2255

Suzy Brandão Rocha - Disciplina: Artes - Escola: CEF 04 Guará I (20h matutino, 20h noturno) - Para: Lago Sul ou São Sebastião - Contato: 335-0368 / 8131-8364 / 382-1549 / Marilene ou Dionísio

Educação nacional

Projeto do Fundeb já foi entregue ao Presidente

O projeto de criação do Fundo Nacional do Ensino Básico - Fundeb, já está com o presidente da República, que deverá enviá-lo ao congresso em março do ano que vem. É um projeto de financiamento da educação infantil, média, de jovens e adultos, que está interligado à reforma universitária

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que cria o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Trabalhadores na Educação (Fundeb) foi entregue no último dia 8 de dezembro pelo ministro da Educação, Tarso Genro, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Fundeb substituirá o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que destina recursos para os municípios, conforme o número de alunos da rede pública do ensino fundamental. O novo Fundo deverá financiar também a educação infantil, média e a de jovens e adultos. A PEC estende o salário-educação para toda a educação básica e não só para o ensino fundamental, segundo a Agência Brasil.

Uma das principais mudanças do Fundeb, em relação ao Fundef é a fonte de recursos. O Fundef é composto por 15% do total arrecadado pelos impostos e transferências: Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às Exporta-

ções (Iplexp) e a desoneração das exportações prevista na Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir).

O Fundeb prevê a participação de 20% dos impostos, com exceção dos impostos municipais (ISS, IPTU e ITBI), segundo informações do Ministério da Educação. De acordo com a PEC, uma proporção não inferior a 60% dos recursos de cada Fundo é para o pagamento dos professores de educação básica em efetivo exercício no magistério. A PEC prevê a revinculação progressiva da DRU (Desvinculação de Receitas da União), que hoje permite investir, em outras áreas, 20% dos 18% de suas receitas destinadas à educação. Essa desvinculação será feita numa proporção de 25% ao ano, o que significa um aporte de recursos de cerca de R\$ 1,2 bilhão anuais.

O ministro Tarso Genro também apresentou ante-projeto da reforma universitária e a proposta do Fundeb aos membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Durante a exposição, o ministro ressaltou a importância da relação entre as duas propostas que, segundo ele, querem garantir um ensino de qualidade. "Apresentei a centralidade da reforma e como se articula com a polí-

tica para Ensino Médio através do Fundeb porque, se o Ensino Médio não sofrer uma absorção de recursos forte no ano que vem, a reforma da universidade em curto prazo se esgota", disse.

Tarso Genro afirmou que o Conselho poderá apoiar o trabalho do MEC e sugerir propostas aos projetos. "Já que o conselho tem uma enorme diversidade, pode dizer se os limites da qualidade que estamos impondo para que uma instituição se transforme em uma universidade estão corretos ou não, se são muito duros ou não", explicou. "O Conselho tem essa finalidade, nos dizer como essa representação da sociedade vê as conseqüências de reforma do ensino médio e superior", completou.

O Conselho foi implantado em 13 de fevereiro de 2003 e tem como função assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas para um "Novo Contrato Social". É formado por 12 representantes do governo federal e 90 integrantes da sociedade civil. Tem até 15 de fevereiro para apresentar suas propostas de alteração ao texto original.

O projeto de criação do Fundeb você encontra na íntegra no site do Ministério da Educação.

Diário eletrônico facilitaria trabalho de professores



Domício: o medo do novo impede a adoção do diário eletrônico de classe

"O novo é muito difícil de ser implantado". Para o professor de Biologia, João Domício, apenas isso pode justificar a resistência à implantação do diário de classe eletrônico nas escolas públicas do DF. Desde 2003, ele e o professor de Física, André Mendes, desenvolvem um projeto piloto no Centro de Ensino Médio da Asa Norte (Cean) que facilitaria em muito o trabalho burocrático do professor no preenchimento das notas e desempenho dos alunos.

Demo-nos ao trabalho de fazer a conta: uma professora com 15 turmas, com 45 alunos por turma e três avaliações por bimestre, terá que fazer 6.832 lançamentos, entre notas e apontamentos e gastaria, acredite, 189 horas e 75 minutos por ano!.

Com a planilha desenvolvida pelos professores no programa Excell todo esse trabalho seria substancialmente reduzido. Basta digitar notas e faltas, o programa faz os cálculos e preenche os outros campos, a partir dos dados iniciais do aluno, inseridos anteriormente. "Muitos professores desenvolveram por iniciativa própria alguma espécie de planilha, mas se o projeto fosse encampado pela Secretaria de maneira uniforme, todos nós ganharíamos com isso", acredita Domício.

Estatística, acesso aos dados de cada escola, tudo seria facilitado com a planilha eletrônica. No caso do Cean, nenhum professor mostrou-se contrário ao seu uso e todas as sugestões foram no sentido de ampliar as possibilidades do uso

do computador no registro das atividades escolares. A padronização em um sistema integrado com a Secretaria de Educação permitiria, por exemplo que a vida escolar do aluno passasse a ter um registro único, mesmo que ele fosse transferido de uma escola para outra.

Técnicos da Secretaria chegaram a visitar a escola para estudar a viabilidade da proposta e gostaram muito da proposta. Mas, infelizmente, a resistência ao novo tem impedido que a área pedagógica aceite sua implantação. "O que é uma pena, pois hoje a Secretaria dispõe de um Sistema de Gerenciamento da Educação que permitiria a integração de dados, utilizando este suporte operacional", avalia Domício.

Projeto resgata auto-estima de crianças negras



O desfile com trajes afro faz parte do dia da Consciência Negra

Duas professoras da Escola Classe 16, do Gama, Marizete Ribeiro e Valmária Martins há quatro anos desenvolvem o projeto "Negro que te quero SER negro", um trabalho multidisciplinar que culmina com o Encontro Cultural da Beleza Negra.

As duas educadoras atacam a discriminação racial no que ela tem de mais hediondo: o preconceito que gera a autodepreciação, a falta de crença em si mesmo, a negação. A professora Valmária conta como tudo começou: "Desde que entrei na escola percebi que as meninas e meninos negros tinham o pior rendimento, eram arredias, tímidas, muitas delas quase não falavam. Das turmas em dificuldade de aprendizagem, mais de 60% eram crianças negras".

Como mudar essa reali-

dade? Mostrando a força e a importância dos negros para a formação do nosso povo, acreditaram elas. Levaram literatura infantil com temática e personagens negros, começaram a estudar a história do herói Zumbi dos Palmares, mostraram a importância da música e os cientistas negros que existiam no país.

Ao mesmo tempo, fazem dinâmicas onde os alunos têm que se olhar no espelho (alguns deles se recusavam a se ver) e saíram dos muros da escola. Descobriram que um dos meninos com maior dificuldade de aprendizagem era chamado de "macaco que não tinha como aprender" pelos próprios familiares! Quem seguiria acreditando em si mesmo dessa forma?

Levaram uma trança-deira de penteado afro para trançar os cabelos das me-

ninas: o maior sucesso. No dia 13 de maio, a escola ganhou uma boneca mascote chamada Leila (que significa negra como a noite), que toda quinta-feira vai passar o fim de semana na casa de algum aluno.

No dia da Consciência Negra, 20 de novembro, o grande acontecimento é o Encontro Cultural da Beleza Negra. Lá os alunos mostram seus trabalhos, desfilam com trajes de inspiração afro, celebram o orgulho da negritude.

O reconhecimento ao esforço das professoras, além da nítida mudança no desempenho escolar, veio com a seleção do projeto delas entre os 32 trabalhos premiados nacionalmente no 2º concurso "Educar para a Igualdade Racial", promovido pela ONG paulista Centro de Estudos das Relações Raciais no Trabalho.

Fontes variadas de recursos

Segundo o consultor legislativo do Senado João Monlevade, o Fundef foi instituído na década de 1990 e teve a "virtude inegável" de induzir a matrícula de novos alunos. "Mas um fundo não pode ser entendido como a única fonte de financiamento da educação. Ele é uma das múltiplas fontes de financiamento", disse.

Para Monlevade, a

proposta prevê que o Fundeb será composto por parte de todos os impostos e transferências estaduais (quase R\$ 30 bilhões) mais um percentual das transferências municipais (quase R\$ 15 bilhões) mais complementação crescente da União até 10% do total do fundo (o equivalente a R\$ 5 bilhões em 2006).

A professora da Universidade de São Paulo (USP) Lizete Arelaro criti-

cou a proposta de criação do Fundeb. Segundo ela, o texto sob análise da Casa Civil não prevê um fundo nacional para educação. Assim, impostos e transferências arrecadados por estados mais ricos – como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – não seriam compartilhados para o financiamento de estados mais pobres.

Charge

